Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

CLIPPING IMPRESSO

06/12/2018

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR
   1.1. INSTITUCIONAL..... 1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   2.1. CEMULHER..... 3
   2.2. DECISÕES..... 4 - 11
   2.3. SERVIDOR PÚBLICO..... 12
3. JORNAL O DEBATE
   3.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... 13
4. JORNAL O IMPARCIAL
   4.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... 14 - 15
   4.2. DECISÕES..... 16
   4.3. PUBLICIDADE LEGAL..... 17 - 19
5. JORNAL PEQUENO
   5.1. DECISÕES..... 20
   5.2. INSTITUCIONAL..... 21
   5.3. RÁDIO WEB JUSTIÇA..... 22
   5.4. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... 23

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Tribunal de Justiça do Maranhão conquista Selo Ouro do CNJ

A premiação coloca o TJMA numa posição de destaque no país pela capacidade que o tribunal tem de sistematizar seus dados e promover a gestão estratégica

O comprometimento e esforço para aprimorar a produção, organização, excelência em gestão da informação e qualidade na prestação jurisdicional garantiram ao Tribunal de Justiça do Maranhão o Selo, na categoria Ouro, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"A premiação vem consagrar o árduo e dedicado trabalho desenvolvido pelo Poder Judiciário do Maranhão que, primando por serviços jurisdicionais céleres, eficientes e sustentáveis, vem superando desafios com a formulação de uma gestão estratégica pautado em práticas de excelência", afirmou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo.

O Tribunal de Justiça do Maranhão foi representado na entrega do Selo pelo seu vice-presidente, desembargador Lourival Serejo, e pelo juiz auxiliar da Presidência, Cristiano Simas, que elogiou o competente trabalho desenvolvido pela equipe do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Maranhão. O prêmio foi entregue durante o XII Encontro Nacional do Poder Judicário, que está sendo realizado em Foz do Iguaçu (Paraná).

O presidente do TJMA ressaltou que a premiação é resultado dos esforços dos magistrados, servidores no cumprimento das metas nacionais e no fomento da qualidade dos dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal de Justiça ao Conselho Nacional de Justiça e à sociedade. "A premiação consolida a política judiciária do TJMA, focada hoje na eficiência, gestão transparente, organização e disseminação das informações administrativas e processuais", pontuou o desemargador Joaquim Figueiredo.

Ele frisou que o Tribunal de Justiça tem hoje em sua cultura a gestão de excelência, mesmo num cenário de limitações financeiras que obriga cada vez mais a Justiça maranhense a se desdobrar para conseguir cumprir o seu mister e garantir a prestação jurisdicional com efetividade e celeridade. A premiação coloca o Tribunal de Justiça do Maranhão numa posição de destaque no país pela capacidade que o tribunal tem de sistematizar seus dados e promover a gestão estratégica.

Entre os requisitos para a concessão do Selo, o CNJ avaliou o nível de informatização do TJMA, a implantação de núcleos socioambientais, que determina aos órgãos do Poder Judiciário a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) para reduzir o impacto ambiental de suas atividades, e a implantação do Comitê Gestor Regional no Tribunal, que instituiu a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Essa norma visa enfrentar as dificuldades de funcionamento de varas, cartórios e outros órgãos da primeira instância, devido ao volume excessivo de ações para julgar e ao déficit de recursos materiais e humanos. Foram avaliados também o cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação, o envio dos dados estatísticos, cumprimento dos prazos estabelecidos, dentre outros requisitos, como criação de unidades e núcleos socioambientais, com atenção à saúde de magistrados e servidores, numa gestão participativa e democrática na elaboração das metas e implementação de políticas judiciárias alinhadas com as diretrizes do CNJ.

Este ano, o fornecimento de informações passou a ser obrigatório conforme o previsto na Portaria CNJ n. 46/2017. Além do requisito básico de encaminhamento adequado das informações constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), também foram avaliados, para a concessão do selo, o uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e o cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.

Dar prioridade aos julgamentos de ações de violência doméstica e homicídios no dia a dia do Poder Judiciário passou a valer pontos na disputa pelo prêmio principal. A pontuação foi dada ao tribunal que demonstrou que informa ao CNJ periodicamente a quantidade de ações julgadas ao longo do ano nos juizados especiais e varas especializadas em violência contra a mulher. Uma dessas estatísticas é o Balanço da Mobilização Nacional promovido durante a Semana Justiça pela Paz em Casa.

Também foi reconhecido o envio de dados sobre a remuneração dos magistrados, conforme determinado pelo CNJ em agosto de 2017, por meio da Portaria 63. A norma determinou a publicidade regular dos pagamentos feitos pelos tribunais brasileiros a seus juízes, com objetivo de dar transparência ao Poder Judiciário.

Outro requisito novo em 2018 para concessão do Selo Justiça em Números foi o envio dos dados referentes aos julgamentos ocorridos no Mês Nacional do Júri, instituído pelo CNJ por meio da Portaria CNJ nº 69/2017. A norma determina o esforço concentrado no mês de novembro para que os tribunais de Justiça de todo o país julguem crimes hediondos – homicídio e tentativa de homicídio.

A portaria que instituiu o Mês Nacional do Júri definiu que os tribunais devem encaminhar os dados coletados durante os julgamentos dos crimes dolosos contra a vida ao CNJ no prazo de uma semana após o encerramento da ação. O Selo Justiça em Números foi criado em 2013 e possui as categorias Diamante, Ouro, Prata e Bronze. A ideia é aprimorar a coleta e sistematização dos dados para garantir informações e indicadores confiáveis para a tomada de decisões no processo de planejamento e gestão estratégicos, além de aumentar o acesso público a esses dados.

(TJMA/Assessoria)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Reprodução

O prêmio foi entregue durante o XII Encontro Nacional do Poder Judicário, realizado em Foz do Iguaçu (Paraná).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

PH

PERGENTINO HOLANDA

ph@mirante.com.br
@holandaph

DE RELANCE

Oficina de ressocialização

Trabalhando a união entre as mulheres na Unidade Prisional de Ressocialização Feminina, a oficina com tema "Construindo uma cultura de Sororidade" foi uma das atividades de encerramento da 12ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, realizada no Maranhão pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

César Pires

Max Barros

Roberto Costa

Adriano Sarney

Fotos/Divulgação

Nina Melo

Wellington do Curso

Léo Cunha

Eles votaram contra o projeto que aumentou o imposto

Deputados fizeram duras críticas ao que chamaram de "pacote de maldades".

NÚMEROS

28,5%
É A NOVA alíquota de ICMS a incidir sobre a gasolina

18,5%
É A ALÍQUOTA que incidirá no diesel e no biodiesel

PROJETO APROVADO

Aumento de ICMS penalizará população

Projeto de Lei nº 239/2018, de autoria do governador Flávio Dino (PCdoB), que impõe a elevação do ICMS, foi aprovado ontem, na Assembleia Legislativa.

Votação do projeto de lei que aumentou o imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) levou muitos manifestantes à Asssembleia Legislativa

POLÍTICA 3

Populares foram à AL protestar contra a medida

Manifestantes na galeria da Assembleia também pressionaram os deputados.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Base governista aprova aumento de imposto no MA

Deputados aliados ao governador rejeitaram todas as emendas da oposição e aprovaram texto encaminhado pelos Leões que vai deixar imposto mais caro

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

A base governista aprovou por maioria dos votos, na sessão de ontem, na Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei nº 239/2018, de autoria do governador Flávio Dino (PCdoB), que impõe a elevação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na gasolina, diesel, biodiesel e em vários outros produtos no Maranhão, a partir de 2019.

O projeto alterou o Sistema Tributário do estado e foi classificado pela oposição de inconstitucional. O PV já anunciou que ingressará na Justiça com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para tornar nula a peça.

Ao todo, os deputados levaram cerca de 5 horas e 30 minutos na discussão da peça, que, depois de aprovada, também resultará na elevação do preço de refrigerantes, cervejas, energéticos e isotônicos, além de uma série de outros produtos comercializados em todo o território estadual.

Durante todo o processo de votação, que ocorreu em regime de urgência, os deputados governistas rejeitaram, sob a orientação do Palácio dos Leões, as 14 emendas apresentadas pelos deputados Eduardo Braide (PMN), César Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), Max Barros (PMB) e Adriano Sarney (PV), que tinham por objetivo corrigir equívocos e evitar o aumento do imposto no Maranhão.

Repúdio

Adriano repudiou a manobra e afirmou que o projeto vai penalizar a população. "Esse Projeto de Lei é um verdadeiro Frankenstein, porque ele trata de inúmeros assuntos: aumento de impostos, restrição de incentivos a empresas que beneficiam o minério de ferro no Maranhão, aumento de multas, aumento de juros, questão do IPVA, que foi dita agora há pouco, enfim, é um projeto de lei que é completamente inconstitucional", disse.

Eduardo Braide também criticou a peça e a falta de diálogo do Governo do Estado com a sociedade e as classes diretamente atingidas com o aumento do ICMS.

"Esse projeto é uma verdadeira maldade contra o trabalhador maranhense. Quem é que sai da crise pagando mais caro na gasolina? Quem é que sai da crise pagando mais caro no óleo diesel? E aqui o governador do Estado aumentou o ICMS, para que vocês tenham uma ideia, dos refrigerantes de 18% para 25%. Ah, deputado, mas refrigerante é item supérfluo. Ninguém toma. Senhoras e senhores, quem tenta sobreviver à crise são os ambulantes, que estão nas ruas para sustentar as suas famílias; são aqueles que estão na porta dos estádios quando tem um jogo; são aqueles que estão na porta dos eventos para vender bebidas para sustentar a sua família. Todos esses sentirão a mão pesada do Governo", enfatizou. ●

MAIS

Abstenção

Eduardo Braide foi o único parlamentar a se abster na votação. Ele explicou o motivo no Plenário. "Senhor Presidente, pela ordem. Quero registrar a minha abstenção. Eu não carregarei nas costas o preço de aumentar o imposto sobre gasolina, diesel e uma série de produtos. A minha emenda, que aperfeiçoaria o projeto, infelizmente não foi aprovada. Quero que seja registrada a minha abstenção", disse.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

“Minha emenda será rejeitada daqui a poucos minutos e o projeto aprovado, mas quem vai pagar a conta mais cara será o consumidor, será o povo”

CÉSAR PIRES, deputado estadual.

“Pergunto aos deputados da base do governo: o aumento do imposto é bom para quem?”

WELLINGTON DO CURSO, deputado estadual.

AUMENTO

Votaram contra
Adriano Sarney (PV), Wellington do Curso (PSDB), Léo Cunha (PSC), Roberto Costa (MDB), Nina Melo (MDB), Max Barros (PMB) e César Pires (PV)

MAIS

Repúdio ao projeto

“Fala-se na cesta básica, tudo bem. Fala-se na isenção de IPVA para motocicletas, isso aí é para o futuro. É a periferia da discusssão. O cerne da questão é que o projeto está tirando dinheiro do bolso do trabalhador maranhense. Está aumentando o ICMS, a gasolina, aumentando o refrigerante, o chopp, o óleo diesel - que é básico para o transporte das mercadorias, do arroz, do feijão, do pão e que vai impactar na mesa de cada um dos maranhenses, essa que é a questão”, disse Max Barros.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Fotos/Divulgação/ Agência Assembleia

Deputados governistas não defenderam a proposta, mas votaram sem fazer qualquer tipo de contestação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

PV ingressará com Adin contra projeto, afirma Adriano Sarney

Segundo deputado, é vedada pela Consitutição conceder isenção de impostos, redução de base de cálculo e concessão de crédito presumido

O Partido Verde (PV) ingressará com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o Projeto de Lei nº 239/2018, que aumentou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis e uma série de outros produtos e serviços no Maranhão.

O anúncio foi feito na sessão de ontem na Assembleia Legislativa, pelo deputado estadual Adriano Sarney (PV), que votou de forma contrária ao projeto.

O parlamentar explicou, na lei, o motivo da Adin contra o projeto assinado pelo governador Flávio Dino (PcdoB).

"No mesmo projeto de lei, o governador trata de redução de alíquotas de impostos, isenção fiscal, juros de mora, criação de programas governamentais e revogação de benefícios fiscais. O que vai contra a Lei Complementar n.º 95. E aqui eu vou ao artigo 150 da Constituição Federal: 'Sem prejuízos de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios: Parágrafo 4º: Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições. Só poderá ser concedido mediante lei específica federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente (...)'. Aí está a palavra, 'exclusivamente as matérias acima enumeradas'. Esse projeto é inconstitucional", disse.

Adriano afirmou que a apreciação da ação na Justiça vai desmoralizar o governador, que é ex-juiz federal.

"Aos amigos que estão aqui pela primeira vez quero dizer a vocês que aqui é constante recebermos projetos de lei inconstitucionais que são passados aqui nesta Casa, que parece mais um cartório, um anexo do Palácio dos Leões, de forma sorrateira. E que desta vez neste assunto nós vamos entrar a fundo com uma Adin, no Tribunal de Justiça, e se Deus quiser vamos ganhar essa ação", enfatizou.

Adriano Sarney explicou que a ação deverá ser protocolada na Justiça Estadual assim que a lei for publicada no Diário Oficial. ●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO MAIOR

Leões do governo Dino já rugiram muito para o bolso da população. POLÍTICA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO MAIOR

Palavras ao vento

Quando assumiu o governo do Maranhão, em janeiro de 2015, Flávio Dino (PCdoB) fez três afirmações que hoje são comprovadamente retórica de um discurso apenas para impressionar.

Primeiro, Dino garantiu que os Leões não rugiriam para o povo. Que a partir daquele dia o Palácio trabalharia por todos.

Quase quatro anos depois, os Leões já rugiram muito para o bolso da população, principalmente a mais pobre, que tem de manter uma estrutura estadual pesada. A comprovação foi a aprovação de mais um aumento de imposto no Maranhão.

Com o rolo compressor do governo na Assembleia Legislativa, não houve qualquer possibilidade de que a proposta de Flávio Dino de reajustar a alíquota do ICMS de vários produtos e serviços não fosse aprovada.

Teve resistência da oposição? Sim, teve. Houve protesto de empresários, estudantes e outros consumidores? Sim, houve. Adiantou? Não. Os deputados aprovaram, calados e acovardados, as determinações do mandatário do Palácio dos Leões.

Dino fez promessas e assumiu compromissos que ele não conseguiu cumprir após 4 anos

A outra fantasia foi a de retirar maranhenses da linha da extrema pobreza. O IBGE mostrou dados que apontam a contramão disso. O Maranhão é o estado em que a pobreza mais cresceu. As pessoas ficaram mais pobres nos últimos quatro anos.

E a terceira peça de retórica foi a de que estava sendo instituída a República do Maranhão, que teria um governo para todos. Depois de quase quatro anos, a gestão Estadual é feita para poucos que puderam usufruir do dinheiro público, como no caso dos alugueis camaradas.

E as previsões são as piores, porque há ainda mais quatro anos da "República do Maranhão" pela frente.

Resistência

Oito deputados da oposição fizeram o papel certo para o qual foram eleitos: fiscalizar os atos do Executivo.

Com muita propriedade, os parlamentares mostraram todos os pontos negativos do pacote do governo Flávio Dino.

Tentaram reverter, mas os deputados governistas fingiram não ouvir a maldade que fariam com a população e disseram sim ao Palácio dos Leões.

Resistentes x traidores

Na linha da resistência estiveram no combate Adriano Sarney, Max Barros, César Pires, Nina Melo, Roberto Costa, Leo Cunha, Wellington do Curso e Eduardo Braide.

Outros 24 deputados, entre eles Bira do Pindaré, Marco Aurélio, Glaubert Cutrim, Othelino Neto, Neto Evangelista, Marcos Caldas e Zé Inácio, preferiram manter a máquina pesada, funcionando às custas da população.

E dos citados, a maioria pertence a partidos de esquerda, que, em tese, luta pelos trabalhadores.

Estranho

O que causou estranheza em todo o processo foi a decisão do deputado Eduardo Braide em se abster na votação.

Ele lutou muito para que o projeto não fosse aprovado. Apresentou emendas, denunciou as maldades ponto por ponto no projeto, enfrentou o rolo compressor dos governistas na Assembleia.

Mas no fim, preferiu se abster a dizer não ao aumento de impostos no Maranhão.

Explicação

O deputado Eduardo Braide explicou à coluna que sua decisão de se abster na votação é que existiam dois pontos positivos no projeto de Flávio Dino.

O primeiro é a isenção de ICMS para algumas empresas e o segundo, o Cheque Cesta Básica.

Para Braide, o ideal seria a aprovação das emendas apresentadas pelos parlamentares de oposição, mas como não ocorreu o deputado preferiu se abster e não votar contra as parcas medidas boas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Afronta

A metralhadora do Governo do Estado também tem em sua mira os servidores públicos.

Em decreto publicado em 3 de dezembro, o governador Flávio Dino determina que mesmo com decisões judiciais favoráveis não deve ser dado reajuste salarial se não estiver previsto na Lei Orçamentária.

Além de afrontar o judiciário, Dino aproveita e já deixa a dica aos servidores de que não haverá reajustes salariais, e nem adianta buscar a Justiça.

DE OLHO

R$ 560 MILHÕES

É A PREVISÃO de arrecadação do governo Flávio Dino com o aumento da alíquota do ICMS já em 2019.

Urgência

E para garantir que conseguirá a verba já no próximo ano, Flávio Dino corre contra o tempo para sancionar logo o pacote aprovado ontem, na Assembleia.

Se não ocorrer, o governador não poderá contar com o dinheiro do contribuinte para manter a máquina pesada.

Dino correrá e buscará, com toda certeza, mais dispositivos que possam engordar os cofres do Estado, que hoje sofre de inanição.

E MAIS

- O secretário de Comunicação e Articulação Política, Márcio Jerry, coordenou todo o processo de votação para aprovar o pacote do governo Dino que elevou a alíquota do ICMS.

- Durante todo o processo de votação na Assembleia, o governador e seus auxiliares ficaram nas redes sociais iguais aos deputados governistas: calados.

- Faltam 25 dias para Flávio Dino ser empossado governador do Maranhão pela segunda vez e fica a dúvida: qual será o discurso do comunista?

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Decreto estadual proíbe aumento de salários

Governo não cumprirá decisão da Justiça de aumentar despesas com pessoal alegando ser necessária previsão na Lei Orçamentária Anual

Como parte das medidas que visam recompor as contas públicas após quatro anos de mandato, o governador Flávio Dino (PCdoB) editou um decreto que impede as secretarias de conceder aumentos salarias por meio de decisão judicial. O decreto junta-se outros editados, neste fim de ano, que são considerados por especialistas como assombrosos.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado do Maranhão (SINTSEP), Cleinaldo Lopes, "na prática, o governo quer que o Poder Judiciário se curve a ele".O decreto nº 34.594 foi editado no dia 03 de dezembro de 2018 e institui que, por conta do artigo 21 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não seja compatível com a Lei Orçamentária Anual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual. Dessa forma, a implantação de qualquer vantagem oriunda de decisão judicial será cumprida apenas mediante autorização da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (Seplan)"

Sindicato

Para Cleinaldo, o decreto institui que todas as vezes que o Judiciário quiser garantir diferenças de salários, revisões ou qualquer tipo de gratificação, "o juiz terá que permitir permissão a Seplan para saber se pode tomar a decisão".

O advogado Melhem Saad afirmou que o decreto é uma espécie de prevenção contra sanções judiciais que estão por vir.

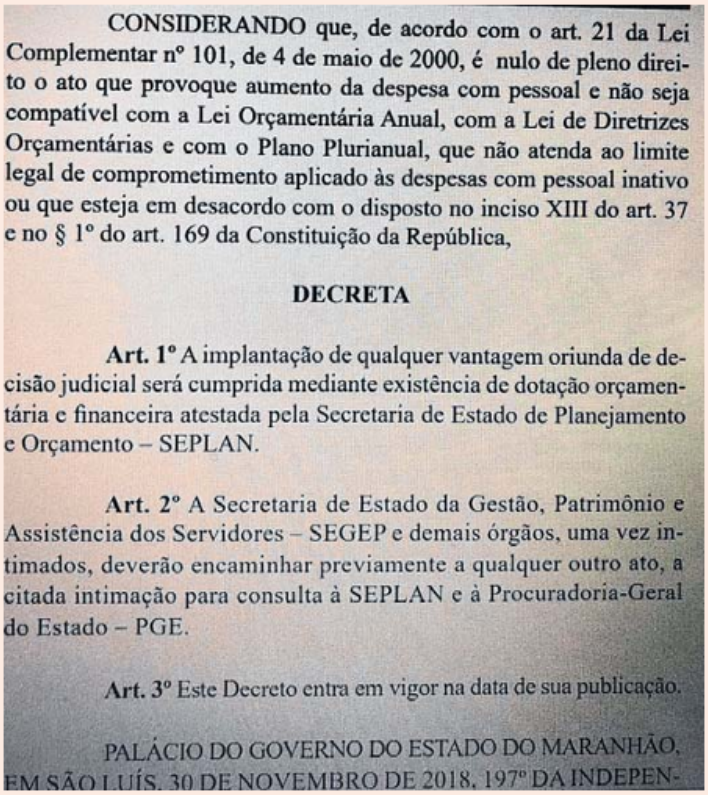
"Em tese ele está prevendo que irá ser alvo de decisões judiciais que garantam benefícios a servidores. O decreto do governo, no entanto, quer fazer parecer que toda e qualquer decisão que ferir a Lei Orçamentária é ilegal. O que, de certo, é um subterfúgio para não cumprir nenhuma decisão", explicou.

Para o advogado, ao atingir leis que corrigem falhas e casos omissos do governo, o decreto se torna nulo. "Ao tentar coibir a aplicação jurídica de normas legais e dando ao governo a prerrogativa de dizer o que é e o que não é legal, esse decreto se torna nulo", concluiu.

Cleinaldo afirmou que o decreto vai contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Além do mais, o represente dos servidores apresentou uma decisão do Superior Tribunal de Justiça em que o estado usa o mesmo argumento do decreto 34.594 para contestar a implantação do reajuste de 21,7% nos salários nos salários de servidores públicos de nível médio e fundamental.

"Eles já usaram esse subterfúgio e o STJ afirmou que já tem entendimento formado sobre o assunto e que o estado não pode se contrapor a uma decisão judicial. Esse é apenas mais um absurdo praticado contra os trabalhadores pelo governo do estado", disse Cleinaldo. ●

MAIS



CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não seja compatível com a Lei Orçamentária Anual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, que não atenda ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo ou que esteja em desacordo com o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição da República,

DECRETA

Art. 1º A implantação de qualquer vantagem oriunda de decisão judicial será cumprida mediante existência de dotação orçamentária e financeira atestada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores – SEGEP e demais órgãos, uma vez intimados, deverão encaminhar previamente a qualquer outro ato, a citada intimação para consulta à SEPLAN e à Procuradoria-Geral do Estado – PGE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 30 DE NOVEMBRO DE 2018, 197º DA INDEPEN-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Na Pista

SISTEMA PENITENCIÁRIO

A metodologia utilizada pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's), no cumprimento das penas determinadas pelo sistema prisional no Maranhão, serão avaliadas durante seminário promovido pela Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (UMF-TJMA). O objetivo é analisar a experiência das APACs como um modelo de humanização para o sistema penitenciário. O evento integra a programação da Semana Estadual das APACs e é direcionado aos juízes e servidores do Judiciário que atuam diretamente na execução penal, por meio de parceria entre a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP) e a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

IPVA, ICMS, CONTAS DE ÁGUA...

Parcelamentos de dívidas e descontos

Contribuintes que respondem judicialmente por débitos de IPVA, ICMS, contas de água e outras dívidas com a Fazenda Pública Estadual terão uma nova oportunidade de colocar as contas em dia e recuperar o crédito. Entre os dias 10 e 19 deste mês, será realizado o 1º Balcão de Renegociação Eletrônico de Dívidas Fiscais do Estado do Maranhão.

Além da possibilidade de negociação virtual, que vai atender contribuintes em 217 municípios, a ação terá pontos de atendimento fixos no Tribunal de Justiça do Maranhão (Praça D. Pedro II) e no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), em São Luís.

"É um grande mutirão de conciliação de execução fiscal, em que realizamos um convite a contribuintes para renegociarem suas dívidas", explica o coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça, juiz Alexandre Abreu.

"As demandas que estão na Justiça podem ser negociadas através do diálogo direto com o procurador da Fazenda, que vai atender os contribuintes para solucioná-las", completa o coordenador.

As negociações serão feitas de 10 a 19 de dezembro, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) e na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão, localizado na Praça Dom Pedro II, Centro. Participarão representantes de diversos órgãos públicos, como a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA) e a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Medida Provisória

A ação foi motivada por Medida Provisória editada pelo Governo do Maranhão. Ela autoriza a realização de transação de créditos tributário e não-tributário, inscritos em dívida ativa e objeto de cobrança judicial. A medida também possibilita até 100% de descontos em multas e juros de mora.

As sessões de conciliação serão promovidas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão e as negociações serão encaminhadas pela Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE-MA), por meio da Procuradoria Especializada da Dívida Ativa. Também haverá participação da Secretaria de Estado da Fazenda.

"É uma ação motivada pela edição de uma Medida Provisória em que o Governo do Estado abre a oportunidade para negociar débitos fiscais com abatimentos e parcelamentos também para os processos judiciais de execução judicial de cobrança", diz o juiz Alexandre Abreu.

De acordo com o coordenador da Procuradoria Especializada da Dívida Ativa, procurador Bruno Tomé, a ação visa oferecer oportunidades de quitação das dívidas e o retorno dos contribuintes ao mercado de crédito.

"Já estamos disponibilizando procuradores que irão fazer esses acordos, assim como o Tribunal já disponibilizou servidores e juízes para mediar essas negociações. E teremos muitas vantagens para o cidadão, principalmente a possibilidade de abrir descontos de juros e multas. As dívidas podem cair até a metade do valor", explicou o procurador.

Somente poderão participar da transação os débitos cuja ação de execução fiscal tenha sido ajuizada até a data de publicação da Medida Provisória (30 de novembro de 2018) e com fato gerador até 31 de outubro do mesmo ano.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Feriado

Decisão proferida pelo desembargador Kleber Carvalho e referendada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) torna legal a Lei 10.747/2017, de autoria do deputado Zé Inácio (PT), que estabelece o dia 20 de novembro como feriado estadual, em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 75/2018

Processo nº 41409/2018

Objeto: Registro de preços para aquisição de veículos automotores terrestres - 0 km; **Abertura:** 18/12/2018 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 04 de dezembro de 2018 - Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira do TJMA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 76/2018
Processo nº 41.022/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais para copa, cozinha, acondicionamento, descartáveis e gás; **Abertura:** 18/12/2018, às 10:30 horas (horário de Brasília); **Local:** Site www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. Fone: 98 3261-6181.

São Luís/MA, 04 de dezembro de 2018. Thiego Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 77/2018
Processo nº 39.226/2018

Objeto: Aquisição de materiais para uso no laboratório de conservação e restauração de documentos na Coordenadoria da Biblioteca e Arquivo do TJMA; **Abertura:** 19/12/2018 às 11:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181/6194.

São Luís/MA, 06 de dezembro de 2018. Allyson Frank Gouveia Costa - Pregoeiro TJMA.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Informe JP

Miudinhas

• O TJMA promoveu para a entrância final, como juiz auxiliar, na Sessão Plenária Administrativa dessa quarta-feira (5), os juízes André Bogéa Pereira Santos (2ª Vara Cível da Comarca de Açailândia) pelo critério de merecimento, e Marco Aurélio Barreto Marques (Comarca de São Mateus), pelo critério de antiguidade.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Tribunal de Justiça do Maranhão conquista Selo Ouro do CNJ

O comprometimento para aprimorar a produção e qualidade na prestação jurisdicional garantiram ao Tribunal de Justiça do Maranhão o Selo Justiça em Números 2018, na categoria Ouro, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"A premiação vem consagrar o árduo trabalho desenvolvido pelo Poder Judiciário do Maranhão que, primando por serviços jurisdicionais céleres e sustentáveis, vem superando desafios com a formulação de uma gestão estratégica pautada em práticas de excelência", afirmou o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo.

O Tribunal de Justiça do Maranhão foi representado na entrega do Selo pelo seu vice-presidente, desembargador Lourival Serejo, e pelo juiz auxiliar da Presidência, Cristiano Simas, que elogiou o trabalho desenvolvido pela equipe do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Maranhão.

O prêmio foi entregue durante o XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que está sendo realizado em Foz do Iguaçu (Paraná).

O presidente do TJMA ressaltou que a premiação é resultado dos esforços dos magistrados, servidores no cumprimento das metas nacionais e no fomento da qualidade dos dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal de Justiça ao Conselho Nacional de Justiça e à sociedade.

DIVULGAÇÃO

O presidente do TJMA ressaltou que a premiação é resultado dos esforços dos magistrados, servidores no cumprimento das metas nacionais

Joaquim Figueiredo frisou que o Tribunal de Justiça tem hoje em sua cultura a gestão de excelência, mesmo num cenário de limitações financeiras que obriga cada vez mais a Justiça maranhense a se desdobrar para conseguir cumprir o seu mister e garantir a prestação jurisdicional com efetividade e celeridade.

A premiação coloca o Tribunal de Justiça do Maranhão numa posição de destaque no país pela capacidade que o tribunal tem de sistematizar seus dados e promover a gestão estratégica.

Entre os requisitos para a concessão do Selo, o CNJ avaliou o nível de informatização do TJMA, a implantação de núcleos socioambientais, que determina aos órgãos do Poder Judiciário a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) para reduzir o impacto ambiental de suas atividades, e a implantação do Comitê Gestor Regional no Tribunal, que instituiu a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Essa norma visa enfrentar as dificuldades de funcionamento de varas, cartórios e outros órgãos da primeira instância, devido ao volume excessivo de ações para julgar e ao déficit de recursos materiais e humanos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

TJMA confirma Rádio Web Justiça do MA como órgão oficial do Judiciário

Em sessão plenária administrativa, ontem (5), os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovaram, por unanimidade, a resolução assinada pelo presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo, criando a Rádio Web Justiça do Maranhão dentro da estrutura oficial do Judiciário e estabelecendo suas atribuições.
A decisão confirmou o ato do presidente do TJMA, que assinou a resolução, ad referendum, há pouco mais de um mês. Com isso, a Rádio Web Justiça do Maranhão deixou de ser apenas um veículo de difusão de notícias e serviços para se tornar órgão oficial de comunicação do Poder Judiciário do Estado. O documento define como atribuições do novo órgão oficial, entre outras, dar ampla divulgação aos atos institucionais da Presidência do Tribunal; levar ao conhecimento da sociedade maranhense e brasileira as informações de interesse público do Judiciário do Estado; promover, com uma programação pluralista e diversificada, a integração dos magistrados e servidores da Justiça estadual, assumindo o compromisso com os valores éticos e institucionais do setor.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Seminário vai discutir formas de humanização do sistema prisional

A metodologia utilizada pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's), no cumprimento das penas determinadas pelo sistema prisional no Maranhão, será avaliada durante seminário promovido pela Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (UMF-TJMA), nesta sexta-feira (7), no Auditório da Associação dos Magistrados (Rua Búzios s/n – Calhau).

O evento integra a programação da Semana Estadual das APACs e é direcionado aos juízes e servidores do Judiciário que atuam diretamente na execução penal, por meio de parceria entre a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP) e a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC).

O desembargador Froz Sobrinho, coordenador-geral da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, explica que o objetivo é analisar a experiência das APACs como um modelo de humanização para o sistema penitenciário.

Além dos avanços e desafios do método, os participantes discutirão propostas que assegurem maior articulação entre os poderes Judiciário e Executivo para o cumprimento legal da execução das medidas penais aplicáveis às pessoas em conflito com a lei no Maranhão.

Entre os temas a serem abordados estão Execução Penal (juiz Gustavo Moreira – TJMG), Efetividade da Lei de Execução Penal e Método APAC (promotora Eiko Danieli Vieira Araki – MPE/RO), Boas Práticas em parcerias com APAC's, O método APAC como garantia da efetivação dos princípios da dignidade da pessoa humana e da individualização da pena (Railander Figueiredo).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo